

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.638 - SP (2019/0377482-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MILHOMENS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADOS : ANNA LUCIA DA MOTTA PACHECO CARDOSO DE MELLO
- SP100930
JULIANA CRISTINA DALMAS BINDA SANTOS - SP275162
AGRAVADO : TIM CELULAR S.A
ADVOGADO : ANTONIO RODRIGO SANT ANA - SP234190

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MILHOMENS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFONIA MÓVEL AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO ABERTURA DE PRAZO PARA O EXEQUENTE SE MANIFESTAR NOS TERMOS DO ART 10 DO CPC ATO ORDINATÓRIO CONTRA O QUAL NÃO CABE RECURSO MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO VIA BACENJUD AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS PREJUÍZOS SOFRIDOS PELA EXECUTADA DO BLOQUEIO SOFRIDO VALOR DEPOSITADO JUDICIALMENTE QUE PODERÁ SER INSUFICIENTE PARA COBRIR O MONTANTE EM EXECUÇÃO RECURSO NÃO PROVIDO.

Alega violação do art. 525 do Código de Processo Civil, no que concerne à impossibilidade de manutenção de bloqueio via BACENJUD efetuado antes de encerrado o prazo para apresentação da impugnação no cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ou seja, pela leitura deste dispositivo resta inquestionável que, após o prazo para o pagamento, o executado tem a oportunidade de apresentar sua impugnação, não fazendo qualquer menção a eventual sanção ou possibilidade de restrições em seu patrimônio antes que a impugnação seja apresentada e analisada.

Entretanto, nos presentes autos foi exatamente isso que ocorreu, uma vez que, antes mesmo de encerrado o prazo para apresentação da impugnação a parte Agravada já requereu a realização de pesquisa via

BACENJUD, o que foi deferido pelo MM. Juiz "a quo", restando tal pesquisa parcialmente frutífera, com o bloqueio de valor superior a R\$ 10.000,00 reais) na conta da ora Recorrente.

A ilegalidade do bloqueio realizado pode ser verificada, seja pelo fato o art. 525 do CPC não prevê essa possibilidade antes da apresentação da impugnação, bem pelo fato de que, no presente caso ainda há um agravante, que é o fato de em sua impugnação a Recorrente ter demonstrado e comprovado que a Exequente, ora Recorrida executa valores já pagos nos autos por meio de depósito judicial realizado quando do ingresso da ação (fls. 107/108).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1.351.593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Ademais, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que o dispositivo apontado como violado não foi examinado pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente